

Expropriação de terras e exclusão social na Amazônia Mato-Grossense

Armando Wilson Tafner Junior¹ e Fábio Carlos da Silva²

¹ Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos na Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Brasil. E-mail: armandowilson@hotmail.com

² Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos na Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA), Brasil. E-mail: fcsilva.ufpa@gmail.com

RESUMO: A intensificação da ocupação da Amazônia, no século XX, ocorreu por meio de políticas estabelecidas pelo governo federal. O fenômeno da expansão da fronteira agropecuária durante o governo militar acelerou-se de uma forma sem precedentes. Órgãos públicos foram criados para atrair o grande capital nacional e levá-los a expandirem os seus negócios para a Amazônia, fazendo surgir interesses distintos entre aqueles que já estavam instalados na região amazônica, com os dos capitalistas que passaram a ser os donos das terras, e assim, os conflitos socioambientais foram inevitáveis. Tensões sociais ocorreram, prolongando-se por décadas e o discurso do desenvolvimento utilizado para povoar a região, promoveu a insustentabilidade, fazendo acontecer impactos sociais, culturais e ambientais difíceis de serem reparados. Um dos capitalistas atraídos pela política federal de incentivos fiscais, que privilegiava o grande capital em detrimento das populações tradicionais, foi o Grupo Ometto, possuidores ainda hoje, de uma das maiores fortunas do país. Os Ometto implementaram, a Agropecuária Suiá-Missú, na Amazônia mato-grossense, que estaria hoje, localizada, no município de São Félix do Araguaia, no Norte do Estado de Mato Grosso. No local de instalação da empresa, que teve o *status* de maior latifúndio da América Latina, estava localizada Marãiwatsédé, nome dado pelos Xavante, etnia que habitava o local há anos. As relações entre os silvícolas e os capitalistas não foram amistosas e se arrastaram de forma perversa durante décadas, excluindo a população tradicional de suas terras, condenando-a a uma situação perversa de sobrevivência e ameaçando de extinção a sua cultura.

Palavras-chave: São Félix do Araguaia; Xavante; Desmatamento; Insustentabilidade; Conflito socioambiental.

Land expropriation and social exclusion in the Amazon in the State of Mato Grosso

ABSTRACT: The intensification of the Amazon occupation in the twentieth century, was through policies established by the federal government. The phenomenon of the expansion of the frontier agricultural in the military government, it accelerated in an unprecedented means. Public agencies were created to attract the great national capital and take them expand their business to Amazon, to doing to distinct interests between those who were already installed in the Amazon region with the capitalists who became the owners of the land, and so, the environmental conflicts were inevitable. Social tensions occurred for decades and the excuse of the development, used to populate the region, promoted the unsustainable, making it happen social, cultural and environmental impacts difficult to repair. An of the capitalists attracted by instrument political of the tax incentives, that favored the great capital in over of traditional populations, was the Ometto Group, possessed today, of the a largest fortunes in Brazil. The Ometto imple-

mented, in the part Amazon of the State of Mato Grosso, the Agropecuária Suiá-Missú, which today was the county of São Félix do Araguaia. On site enterprise installation, that has the status of the big land propriety in Latin American, was located the territory Marãiwatsédé, name of tea land given by the Xavante, ethnicity who lived in the place for years. The relations between the forestry and the capitalists were not friendly and if dragged perversely for decades, excluding the traditional population from their lands, condemning their a perverse situation of survival and threatening of the extinction their cultures.

Keywords: São Félix do Araguaia; Xavante; Deforestation; Unsustainability; Environmental Conflict

INTRODUÇÃO

O movimento de expansão da fronteira agropecuária, direcionado ao Oeste do Brasil, por meio de políticas públicas federais, acabou por gerar conflitos socioambientais de grande complexidade. Estimulada inicialmente durante o primeiro governo Vargas, a Marcha para o Oeste avançou em direção à Amazônia com o argumento econômico de que havia a necessidade de integralizar o mercado do país. O governo militar, quando ascendeu ao poder, recuperou e intensificou esse objetivo. O discurso do governo federal, tanto na era Vargas quanto no governo militar, não foi difícil de ser compreendido, pois a população residente na região leste do país, já tinha em seu imaginário a ideia de que o Brasil, com suas dimensões continentais, apresentava em seus interiores, formas pré-capitalistas, onde a produção ainda era manufatureira, e sendo assim, as regiões tidas como longínquas eram economicamente atrasadas se comparadas com a modernidade que a industrialização proporcionava às regiões que efetivamente eram o centro econômico do país. A Amazônia então, produtora de matéria-prima, dentro da política de integração do mercado, seria a região que abasteceria o centro industrializado.

A intensificação dessa política durante o governo militar se deu por meio da criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que por meio de incentivos fiscais, atraíram o grande capital nacional (empreendedores paulistas em sua maioria), para investirem na região. A chegada do capital ocorreu sem conhecimentos das comunidades tradicionais e dos camponeses que habitavam as áreas onde os projetos da SUDAM foram implementados. O avanço do capital que fomentava a expansão da fronteira agropecuária, não ia de encontro com os interesses dos povos que já estavam instalados na região amazônica, gerando conflitos de interesses e tensões sociais.

Este presente artigo, tem com objeto de análise a Agropecuária Suiá-Missú S/A, que foi um dos primeiros projetos aprovados pela SUDAM por meio da política de incentivo fiscal, que atraiu as maiores fortunas do país. No caso da empresa mencionada, o Grupo Ometto foi o investidor que decidiu expandir os seus negócios para a Amazônia. As terras que receberiam esse investimento está localizada onde hoje é o atual município de São Félix do Araguaia no Norte do Estado de Mato Grosso. Lá ha-

bitavam os índios Xavante, de etnia seminômade, que denominavam suas terras de Marãiwatsédé.

1 A CHEGADA DO CAPITAL ÀS TERRAS XAVANTE

O processo de expansão da fronteira agropecuária em direção ao Oeste tinha por objetivo apoiar a iniciativa privada a ampliar os seus negócios na nova região amazônica. No período da ditadura militar, em que o governo estava sob o comando do Marechal Castelo Branco, ocorreu a implementação de políticas públicas para promover a ocupação da Amazônia pelo capital privado. A transformação da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia) em SUDAM fez parte deste processo denominado Operação Amazônia. A política de incentivos fiscais, chamada por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990) de “pílula dourada”, atraiu grandes grupos econômicos, sobretudo do Centro-Sul.

Também a SPVEA ganhará nova e mais ampla dimensão. Transformada na SUDAM tornar-se-á, a exemplo do que ocorre na SUDENE em relação ao Nordeste, num órgão capaz de planejamento, coordenação e controle do desenvolvimento da área amazônica [...]. Será delineado uma série de deduções e isenções que irá alcançar, principalmente os impostos de renda, de exportação e importação, e graças à qual terá esta região possibilidades idênticas às do Nordeste quanto à atração de recursos do setor privado, certamente sensível à incentivos tão pragmáticos (discurso de Marechal Castelo Branco no Amapá no dia 2 de setembro de 1966 citado por CARDOSO; MÜLLER, 1978 p. 153-154).

A conduta foi a mesma nos governos que sucederam o de Castelo Branco. O Ministro do Interior, General Costa Cavalcanti, ao qual a SUDAM respondia, foi o mesmo durante os governos de Costa e Silva e de Garrastazu Médici, sendo que, em várias oportunidades afirmou que a participação dos grupos econômicos do Centro-Sul era fundamental para o progresso amazônico.

A conduta do governo militar perante o processo de ocupação econômica da Amazônia pode ser entendida como um patrocínio do poder público aos grandes grupos econômicos. O acesso às terras amazônicas por parte dos capitalistas foi emoldurado por grilagens, falsificações, compras, e, nos projetos aprovados pela SUDAM destinados ao Pará e ao Mato Grosso, pode-se constatar a afirmação de que não havia índios e posseiros nas regiões de execução do projeto. A ocupação, das terras de Marãiwatsédé, foi marcada pelo confronto entre os atores que lutavam pela demarcação de seus territórios.

Figura 1 – Afirmação de certificação da FUNAI e da Prefeitura de Barra do Garças¹.

2.2.3 - Situação Perante a Fundação Nacional do Índio
 A Empresa apresentou certidão negativa de aldeamento indígena na área de seu empreendimento, emitida pela FUNAI, não havendo, conseqüentemente, restrição à utilização da mesma.

2.2.4 - Posseiros
 A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, certificou a inexistência de posseiros na área da Fazenda.

Fonte: SUDAM, 1966.

Vê-se que foi a FUNAI que emitiu a certidão negativa, afirmando que não havia índios na região e foi, a prefeitura de Barra do Garças, que emitiu documento, afirmando que não havia posseiros.

Foi dessa forma, com certidões emitidas por prefeituras municipais e pela FUNAI (anteriormente pela SPI), que os projetos agropecuários passaram a ser implementados na Amazônia.

Os empresários investiram nessas empreitadas da ocupação da Amazônia pela pata do boi, sendo que o resultado, hoje, é no mínimo melancólico. Pois o rastro deixado por este processo foi quase sempre marcado pelo sangue. Sangue derramado das nações indígenas e dos posseiros. Sangue derramado dos peões no trabalho de "abertura da mata" (OLIVEIRA, 1990 p.68).

Os três primeiros projetos aprovados pela SUDAM foram: Cia. Agropecuária Nazareth, aprovado em 9 de outubro de 1966, empreendimento de 56.000 hectares localizado em Conceição do Araguaia, Sul do Pará. Tinha como proprietário João Lanari do Val, empreendedor paulista do ramo de peças automotivas; o 2º projeto aprovado no dia 22 de novembro de 1966 foi a Cia. de Desenvolvimento do Sul do Pará (CODESPAR), empreendimento de 52.358 hectares, localizado no município de Santana do Araguaia, Pará. O proprietário era Geremia Lunardelli, conhecido em São Paulo como rei do café, pois na década de 1950 foi o maior produtor de café do mundo; o 3º foi a Agropecuária Suiá-Missú aprovado em 22 de dezembro de 1966. Localizava-se no Nordeste mato-grossense no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garças. No processo aprovado a área do empreendimento era de 646.824 hectares. Pertencia a família Ometto.

As três famílias descendentes de imigrantes italianos e instaladas em São Paulo, fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia.

As famílias Do Val, Lunardelli e Ometto resolveram então se organizar e fundaram a Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia – de-

¹ Todos os projetos aprovados com repasse de incentivos fiscal pela SUDAM destinados ao Mato Grosso, contém essa afirmação.

pois Associação dos Empresários da Amazônia [...]. Não por coincidência os três primeiros e únicos projetos que tiveram a aprovação da SUDAM ainda no ano de 1966, foram de empresas dessas três famílias [...]. A partir de 1967 amplia-se exponencialmente a constituição de empresas agropecuárias na Amazônia (POMPERMAYER, 1991 p.423).

Muitas promessas foram feitas pelos pecuaristas que se associaram a esta organização. A de maior audácia foi a de que em consequência da implementação de diversos empreendimentos pecuaristas, Belém iria ser o maior porto exportador de carne do mundo, superando o de Chicago, nos EUA, que até então era o maior porto exportador de proteína animal (OLIVEIRA, 1990).

A família Ometto adquiriu as terras ao Norte de Mato Grosso comprando-as de Ariosto da Riva que conseguiu a posse da terra, segundo seu filho, Vicente da Riva, comprando-a junto à CODEMAT (Companhia de Desenvolvimento do Mato Grosso). De fato, na década de 1950, a CODEMAT passou a vender terras devolutas no Mato Grosso para a iniciativa privada. Foi a privatização da floresta. Essa foi a maior fonte de renda do Estado de Mato Grosso na década de 1950. Esse processo de venda se estendeu até 1986.

Efetivada a aquisição das terras, por Ariosto da Riva, no então distrito de São Félix do Araguaia, que pertencia ao município de Barra do Garças, este não conseguiu explorá-las diretamente, mas por algumas ações, a qual julgava ser o beneficiamento da terra, tentou iniciar a sua ocupação. Umbelino de Oliveira (1990) menciona uma parte da entrevista que Ariosto da Riva lhe concedeu.

Para podermos fazer a abertura da estrada de São Félix do Araguaia, nas margens do rio Araguaia, numa extensão de 80 Km, nós sobrevoávamos a aldeia todo dia, ao meio-dia, jogando presentes de modo a fazer com que eles não saíssem de lá. Enquanto isto abria-se a estrada até a sede da Suiá (Ariosto da Riva citado por OLIVEIRA, 1990 p.71).

Em 1962, após não conseguir ocupar a área adquirida, Ariosto da Riva vendeu 80% das terras para o Grupo Ometto, que registrou a fundação da empresa Agropecuária Suiá-Missu como Sociedade Limitada, registrada na Inspeção Comercial do Estado de Mato Grosso, atual Junta Comercial sob o nº5.420, em 21 de novembro de 1962, sendo transformada em Sociedade Anônima em 16 de julho de 1966, em Assembleia Geral, sendo arquivada na mesma Inspeção Comercial no dia 21 de julho de 1966 sob o nº42. Vale salientar que a SUDAM só concedia incentivos fiscais para Sociedades Anônimas. A SUDAM foi fundada em 27 de outubro de 1966, 3 meses após a Agropecuária Suiá-Missu se tornar Sociedade Anônima, o que pode ser um indício de que o Grupo Ometto, devido a sua condição financeira e o *status* de empresários agroindustriais, mas principalmente por meio da atuação política, obteve informações privilegiadas de como funcionariam as leis e de como seriam os trâmites financeiros intermediados pela SUDAM.

O processo foi submetido à SUDAM no dia 12 de novembro de 1966, sendo o incentivo fiscal total de CR\$7.878.000.000,00². O projeto compreendia a implantação e desenvolvimento de cinco núcleos: o núcleo sede, que seria instalado em 1966, e os núcleos Fontoura, União, Roncador e Xavante, que seriam instalados em 1969, 1972, 1973 e 1975 respectivamente.

Para tanto, o empreendimento contava, conforme consta no processo nº08749/66, com uma área de 646.824 hectares dos 800.000 hectares que a área da família Ometto possuía³. Este chegou a ter o status de maior latifúndio do mundo⁴.

O Jornal da Tarde de São Paulo, em 21 de julho de 1971 publicou uma reportagem acerca da fazenda Suiá-Missú com a seguinte manchete: "Quatro vezes maior que o Estado da Guanabara. Um país? Não uma fazenda" (OLIVEIRA, 1990).

As obras de infraestrutura previstas neste projeto eram: casa grande para a gerência; casa grande para viajantes e hóspedes; casa grande para uso pessoal da administração e hóspedes; sete casas para o pessoal da administração; prédio para arquivo; prédio grande para farmácia, escritórios, armazém e almoxarifados; residência com seis cômodos e mais quatro quartos com 12 camas e banheiros, ao todo; barracão para abrigar máquinas e veículos; oficina mecânica, serraria; prédio para a Casa de Força; prédio para o alojamento de 50 pessoas (peões e vaqueiros); paiol; caixa d'água a 8 metros de altura para 15 mil litros; duas casas geminadas para trabalhadores; 16 currais; e por fim seis açudes. O projeto previa a criação de 130.000 cabeças de gado até 1978.

Todas as construções mencionadas tinham que estar prontas até 1971 e seriam adquiridos, ainda no ano de 1966, para o início da criação de gado bovino: 186 touros, 2.000 vacas e 2.000 novilhas. O incentivo fiscal fornecido ao Grupo Ometto seria aplicado nas construções e aquisições. A quantia monetária significativa iria gerar 80 empregos permanentes e um desmatamento de 108 mil hectares já no ano de 1967 para o estabelecimento do núcleo sede. Foi por meio da necessidade desse intenso desmatamento que iniciou-se a indisposição com os índios Xavante.

Hermínio Ometto em entrevista concedida a Oliveira (1990), faz alguns relatos:

Perto da Suiá-Missú, entre o rio da Morte e o rio Tapirapés, havia duas tribos de Xavantes, índios caçadores que jamais haviam tido qualquer contato com o homem branco. O primeiro encontro com os indígenas partiu da iniciativa deles próprios. Os nativos foram até a sede da fazenda e, lá chegan-

² No processo de aprovação este é o valor que consta no repasse total dos incentivos fiscais. No processo de enquadramento após a compra das terras pela Liquifarm S/A, o valor mencionado era de CR\$7.878.000,00.

³ Segundo a matéria da rede Brasileira de Justiça Ambiental " Suiá-Missú, Mato Grosso: sob ameaças, os Xavantes retornam ao seu território", a propriedade tinha cerca de 1,5 milhões de hectares conforme demarcação feita por moradores da região em 1971.

⁴ Otávio Ianni em sua obra *Ditadura e Agricultura* (1979) afirma que o maior latifúndio das Américas era onde estava instalada a Jari Florestal Agropecuária, pertencente ao estadunidense Daniel Ludwig, proprietário da National Bulk Carriers. Este latifúndio estava localizado nos Estados do Amapá e Pará, e tinha uma área de cerca de 5 milhões de hectares.

do, ficaram rodando o avião e rindo. Eles já haviam visto diversas vezes o aparelho em vôo a baixa altitude. Provavelmente seguiam a direção do vôo, até encontrarem a sede da fazenda. O primeiro contato envolveu cerca de 80 funcionários, tudo na base de risadas e mímicas. Com o passar do tempo, os indígenas começaram a frequentar a Suiá-Missú constantemente. Mais tarde, toda a tribo, mais ou menos 150 índios, mudaram para perto da sede, e lá ficaram por quase três anos. Destinamos então uma área de 100 alqueires para que os nativos plantassem milho, arroz, abóbora e mandioca. Mesmo com as lavouras a disposição os Xavantes não abandonavam a caça. Só que a caça não se destinava à subsistência, era simplesmente a manutenção de um costume de um povo. Para evitar eventuais desentendimentos com os índios, determinamos aos colonos não frequentarem o local onde os Xavantes haviam se instalado. Três anos depois a empresa sugeriu ao governo que os indígenas fossem transferidos para uma área ao Norte da fazenda, com uma extensão de 10 mil hectares. Mas o então SPI, hoje FUNAI, e a missão salesiana que trabalhava junto à aldeia, preferiram levá-los para a Missão de São Marcos, em Barra do Garças (OLIVEIRA, 1990 p.71).

Por esses dizeres de Hermínio Ometto, é evidente e de fácil compreensão que havia de fato índios nas terras da Suiá-Missú, o que contraria a afirmação da FUNAI que consta no processo aprovado pela SUDAM, confirmando a ilegalidade da posse da terra, pois a Constituição de 1934 definiu como indígena toda a terra de posse dos índios neste ano.

O artigo 129 afirma que “será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes no entanto, vedado aliená-las” (CONSTITUIÇÃO..., 1934). A Constituição de 24 de janeiro de 1967 (pouco mais de um mês após a aprovação do projeto Agropecuária Suiá-Missú na SUDAM), a primeira promulgada pelo governo militar, acrescenta aos direitos dos indígenas, o usufruto, indo para além do direito da posse da terra. O artigo responsável pelo aumento dos direitos dos índios é o 186: “É assegurada aos silvícolas a posse permanente das terras que habitam e reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (CONSTITUIÇÃO..., 1967).

A Constituição de 1967 foi substituída totalmente pela Emenda Constitucional de 17 de outubro de 1969. Com essa emenda os indígenas tiveram seus direitos, relativos a posse da terra, significativamente ampliados:

Art. 198. As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes.

§1. Ficam declaradas a nulidade e a extinção dos efeitos jurídicos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, a posse ou a ocupação de terras habitadas pelos silvícolas.

§2. A nulidade e extinção de que trata o parágrafo anterior não dão aos ocupantes direito a qualquer ação ou indenização contra a União e a Fundação Nacional do Índio (EMENDA CONSTITUCIONAL, 1969).

Ainda que pela burocracia obscura, Ariosto da Riva tenha adquirido as terras de forma legal, o trâmite teria que ser impedido de acordo com a Constituição.

Hermínio Ometto termina sua fala com uma referência ao deslocamento dos índios que habitavam a Suiá-Missú para outras terras, localizadas próximas a sede do município de Barra do Garças. Os motivos que acabaram por fazer esse transporte acontecer surgiram por meio da estratégia de ocupação de Ariosto da Riva, iniciada em 1962, ano em que obteve associação com o Grupo Ometto: manter os índios sob seu controle por meio da doação de alimentos jogados por aviões diariamente no mesmo local. Essa ação fazia com que soubessem onde os índios estariam em uma certa hora do dia, e dessa forma poderiam abrir as estradas sem qualquer possibilidade de conflito. Conforme as relações foram se estreitando, Ariosto da Riva convenceu os índios a transferirem sua aldeia para próximo da sede da Fazenda Suiá-Missú, e “os próprios índios “aceitaram” trabalhar gratuitamente na abertura de picadas, de pastos e de uma pista de pouso, durante cerca de dois anos” (BUENO, 2006 p.13).

Nesses dois anos de trabalho passaram a surgir alguns conflitos entre empregados e índios. A tentativa de transformar o índio em mão de obra escrava deu certo enquanto os índios recebiam os “presentes”. Dom Pedro Casaldáliga afirmou que “depois que terminaram as obras os índios passaram a ser um fardo para os donos da fazenda. Não havia mais o interesse em sustentar os índios que começaram a matar os bois da criação da fazenda” (CASALDÁLIGA, 2013).

Devido ao fracasso da continuação do trabalho escravo indígena, os índios foram outra vez deslocados para uma área alagadiça, na qual os empresários não tinham interesse, pois não era apropriada para a criação de gado, não sendo possível a formação de pasto. A área que não era apropriada para a bovinocultura extensiva, também não servia para a prática das atividades indígenas. “Lá morreram doze índios adultos. Oito homens e quatro mulheres. Sem contar as crianças...” (CASALDÁLIGA, 2013). As doenças que atingiam os indígenas eram provenientes dos mosquitos presentes nas áreas pantanosas, provavelmente malária, que se aliava com a má nutrição, consequência da impraticabilidade de trabalhos de subsistência nas áreas de várzea.

Era necessário encontrar uma solução, mas os índios não poderiam continuar nas terras do latifúndio. Os proprietários da Fazenda Suiá-Missú, família Ometto e Ariosto da Riva, procuraram a missão Salesiana de São Marcos e “persuadiram os seus superiores a aceitarem nela os Xavante⁵ da Suiá” (OLIVEIRA, 1990 p.72).

⁵ As tribos Xavantes são derivadas de um convívio milenar, que foram se separando umas das outras formando etnias particulares. Por ser Xavantes, duas tribos não tem necessariamente os mesmos costumes, podendo até mesmo não ter um bom convívio. Sabendo disto, os responsáveis pela missão salesiana ofereceram al-

Os índios estavam acuados e como não tinham opção perante a sobrevivência da tribo, e não entendendo realmente o que estava acontecendo por não dominarem a língua portuguesa, aceitaram serem transferidos para São Marcos.

Segundo o velho Tibúrcio, cacique na época, os índios, “concordaram” em serem transportados para São Marcos, onde os salesianos mantinham uma missão para atender a outro grupo, também Xavante e onde afirmavam existir muita caça e não haver mosquitos da malária. Muitos deles acreditaram que estariam voltando para a aldeia antiga (BUENO, 2006 p. 13).

Os índios foram levados por aviões da FAB (Força Aérea Brasileira), o que remete a força política do Grupo Ometto e até mesmo de Ariosto da Riva junto ao poderio militar que comandava o país.

Padre Ottorino Panziera, diretor da Missão Salesiana de São Marcos na época, afirmou no dia 29 de janeiro de 2004, em depoimento testemunhal à 5ª vara judicial federal de Mato Grosso referente à ação civil pública de número 950000679-0, no que concerne a devolução das terras do latifúndio aos povos indígenas, que embarcou com os índios no primeiro vôo onde foram transportados cerca de 90 silvícolas que viviam na Suiá-Missú. Relatou que viajaram todos em pé por duas horas e meia presos apenas por um cinto de segurança. Outro padre, Bartolomeu Giaccaria, membro da mesma missão na época, testemunhou na mesma audiência que os Xavante não sabiam ao certo onde estavam indo e que acreditavam que seria uma estadia temporária.

Baseado em documentações e reportagens da época, Dom Pedro Casaldáliga escreveu uma Carta Pastoral intitulada: *Uma Igreja na Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social*, na qual continha as seguintes afirmações a respeito da deportação dos índios Xavantes que viviam na fazenda Suiá-Missú.

Isso acontecia em 1966. Os Xavantes foram transportados em avião da FAB, em número de 263, tendo morrido boa parte deles aos poucos dias depois de chegados a São Marcos, vitimados por uma epidemia de sarampo. Essa porém não é a versão publicada na imprensa, conforme se pode ver na reportagem publicada por O ESTADO DE SÃO PAULO – em 25/04/69. Essa deportação foi presenciada por outros Xavantes da região e quando o Sr. Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, em abril de 1969 visitou aldeias dos Xavantes, estes lhes pediam que providenciasse a devolução da terra que lhes pertencia. Anualmente os Xavante voltam caminhando para a sua terra, roubada pela cobiça latifundiária, para apanhar o Pati, árvore por eles usada na confecção de seus arcos e flechas. Mas os proprietários da Suiá-Missú gostam dos índios... (Jornal da Tarde de 21/07/71). Após a deportação, doaram à missão um trator e a importância de Cr\$500,00 mensais, du-

guma resistência de imediato, que foi inútil diante da pressão dos empresários e dos militares, e o grupo foi transferido sem que nenhuma questão cultural fosse levada em consideração.

rante um ano, para auxiliar na manutenção dos mesmos!!! (CASALDALIGA, 1971 p.21-22).

Casaldáliga menciona uma epidemia de sarampo nas terras em que os índios Xavante foram deportados. Essa epidemia não consta nos testemunhos dos padres Mário Ottorino Panziera e Bartolomeu Giaccario, porém foi mencionada no Jornal Diário da Noite em 14 de setembro de 1966, em reportagem que tinha a seguinte manchete: "Morte é Recepcionista na Aldeia Xavante", que havia um surto de sarampo nas terras em que os índios seriam instalados. A epidemia já havia feito vítimas entre os Xavante que lá já estavam alojados, e ainda assim, a transferência dos Xavante da Suiá-Missú para São Marcos ocorreu. Nas primeiras duas semanas morreram cerca de 1/3 dos índios deportados.

Bueno (2006) define a transferência como um ato genocida. As mortes provocaram divergências entre as duas etnias Xavante, pois passaram a promover acusações mútuas de feitiçaria, causando certa instabilidade no convívio.

Fernando Henrique Cardoso e Geraldo Müller na obra *Amazônia: expansão do capitalismo*, fazem referência a tal reportagem publicada no dia 25 de abril de 1969, por Allen Augusto.

Mas o que foi percebido nessa primeira viagem é que a fazenda abrigava duas tribos de Xavantes que, anteriormente, nunca tiveram contato com a civilização. E embora não sendo declaradamente hostis, não permitiam a passagem de ninguém além dos limites de seu território. Mas, a medida que a fazenda ia sendo habitada, os índios foram se aproximando. De início, saqueavam as plantações de milho e de arroz. Depois, entrando em contato com os brancos, passaram a viver as expensas destes. Já não sonhavam, mas pediam. Recebiam todos os dias um boi – que exigiam que fosse entregue morto, pois não matavam mais. Com o passar do tempo e com a abertura da estrada, esses índios foram deixando suas aldeias. Desciam o rio Araguaia ou iam para a Ilha do Bananal, do outro lado do rio. Os que restam foram enviados à Missão Salesiana de São Marcos. Hoje, Suiá-Missú já não tem índios para mostrar ou temer (CARDOSO; MÜLLER, 1978 p.154-155).

Essa reportagem demonstra a influência que o Grupo Ometto exercia nos veículos de comunicação. Nesse caso por meio da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, que contava com a colaboração das famílias Do Val e Lunardelli, viabilizou a reportagem no jornal O Estado de São Paulo, um dos mais importantes do Brasil, ainda hoje, que publicou a versão dos capitalistas não relatando as relações ocorridas de fato como foi dissertado por Casaldáliga.

A expansão dos negócios da família Ometto, provocou como mostra a reportagem do Estado de São Paulo reações dos indígenas de hostilidade seguido de ações de furto até chegarem ao contato que gerou uma dependência e até mesmo pedidos de esmola e por fim a deportação. Os empresários alegavam que era muita terra para pouco índio.

A visita do Ministro do Interior Cel. Costa Cavalcanti, citada por Pedro e que foi o motivo do repórter acompanhar a viagem à São Félix do Araguaia, teve um pedido por parte dos índios para voltar à sua terra. Este pedido não teve sucesso. Quem fez o pedido foi o cacique Apoena. Em um discurso, em Xavante e em português, direcionado ao ministro que estava presente:

Disse o orador que esperava do ministro providências para que fossem devolvidas suas terras “vendidas por vários governos” e, manifestou a convicção de que o ministro atenderia porque tem a “força dos canhões”. A certa altura, disse o orador: “Somos todos brasileiros. Nós Xavantes, chegamos primeiro”. E protestou contra a invasão de suas terras por estrangeiros e fazendeiros, que “têm uma família só e põem fogo nas matas e nas terras que são nossas; e nós somos muitos” (CASALDÁLIGA, 1971 p.100).

Enquanto os empresários afirmavam que era muita terra para pouco índio, estes tinham a consciência de que a mata que se tornara um latifúndio era muito terra para uma família só, a Ometto. Na visita à fazenda Suiá-Missú, o ministro Costa Cavalcanti foi “pressionado” pelos empresários quanto ao excesso de burocracia devido à centralização das decisões em Belém, e na falta de infraestrutura na região, que condiz com a questão dos transportes e no tamanho das reservas indígenas que eram consideradas desproporcionais, além do que estava projetada uma estrada que cortaria a reserva indígena. Em resposta aos empresários o ministro Costa Cavalcanti fez a seguinte afirmação: “o índio tem que ficar no mínimo necessário” (CARDOSO; MÜLLER, 1978 p.156).

Os índios que viviam na Suiá-Missú e foram deportados para São Marcos, voltavam para suas terras, distante 457 Km, para coletar matéria-prima, para fazer seus arcos e flechas, que era extraído do Pati (*Syagros Pseudococos*), palmeira encontrada em margens de rios e nascentes de água, localizadas nas áreas de transição entre o Cerrado e a Amazônia.

Com a deportação, a implementação da pecuária extensiva na Agropecuária Suiá-Missú poderia ocorrer sem conflitos. Hermínio Ometto, Orlando Ometto, Luiz Ometto e João Ometto Sobrinho, visitavam a fazenda constantemente. Viajavam para a fazenda em aviões da TAM (então Táxi Aéreo de Marília) de propriedade de Orlando Ometto. A frota da TAM transportou também para a fazenda cabeças de gado e outros pequenos animais como porcos e galinha (CASALDÁLIGA, 2013). O piloto que fazia esse trajeto era o Comandante Rolim Amaro, que em 1976 adquiriu 67% da empresa.

A sociedade entre Rolim Amaro e o Grupo Ometto continuou até 1993 quando o comandante adquiriu a totalidade da empresa, transformando-a em Transporte Aéreo de Marília, nome da atual TAM.

As viagens foram se tornando constantes ao longo do tempo. Os familiares foram se inteirando do novo investimento do Grupo Ometto e como era costumeiro, a pro-

priedade foi dividida entre os familiares. No primeiro quadro acionário, apresentado no momento da aprovação do projeto, constavam apenas três nomes: Hermínio Ometto (33,3%), Orlando Ometto (33,3%) e Luiz Ometto (33,3%). Já em 1971 havia 28 acionistas sendo 50% do empreendimento controlado por duas pessoas jurídicas pertencentes ao Grupo Ometto e os demais 50% por 26 membros da família Ometto.

Das obras mencionadas que deveriam estar prontas, em 1971 foram construídas apenas: a casa sede; o prédio para o alojamento de funcionários; duas casas geminadas; caixa d'água; almoxarifado; e, por fim, 22 currais. Nesse novo projeto o governo federal destinou ao Grupo Ometto uma verba de CR\$390.000.000,00, mesmo com a Agropecuária Suiá-Missú já apresentando uma receita positiva com a venda de gado de corte.

Conforme o rebanho ia aumentando, crescia a necessidade de maiores investimentos que Ariosto da Riva já não poderia acompanhar financeiramente. Ariosto então, vendeu os 20% das terras que lhe cabia dentro da Suiá-Missú ao Grupo Bordon, que instalou a Bordon Agropecuária da Amazônia.

Mesmo tendo recebido quantia significativa para executar o projeto, o Grupo Ometto não conseguiu cumprir o combinado e vendeu suas terras para a empresa então denominada Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A que pertencia ao capital estrangeiro. A Liquifarm Brasil S/A, que detinha 99,99% das ações da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A, tinha como principal acionista a Liquipar S/A, que detinha 99,99% das ações da companhia. Esta última tinha como principais acionistas a Liqigás Holding Jersey Ltda. (51%) e a Capitalsin International Ltda. (49%), localizadas em Nassau, Bahamas, um paraíso fiscal. Francisco Matarazzo Sobrinho foi o primeiro presidente da Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú S/A.

O Grupo Ometto, com o capital, levantado na venda de suas terras, adquiriu uma nova propriedade ao Norte do Mato Grosso, no então distrito de Matupá, pertencente ao município de Chapada dos Guimarães que possuía 27 mil hectares.

2 A ATUAÇÃO DA AGIP NAS TERRAS XAVANTES

A mudança da razão social e do quadro acionário, assim como a distribuição do capital social da nova empresa, a Liquifarm Agropecuária Suiá-Missu, foi publicada em 3 de janeiro de 1974 no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso. A Liquifarm também recorreu a SUDAM para receber ainda mais incentivos fiscais para serem investidos no mesmo empreendimento pecuarista, que antes servia ao Grupo Ometto. O incentivo de Cr\$18.513.113,00 foi aprovado no dia 4 de outubro de 1974, ainda que o custo total apresentado no projeto fosse de ordem de Cr\$ 14.373.212,00 divididos em custo de estrutura (Cr\$ 8.056.159,00) e custos operacionais (Cr\$ 6.317.053,00). Dentro da rubrica custo de estrutura está o que é denominado no projeto de edificações e obras complementares, a saber: 4 casas para o administrador;

18 casas para o pessoal qualificado; 63 casas para o pessoal não qualificado⁶; 3 armazéns; 1 garagem; 1 casa de força; 7 residências coletivas para pessoal não qualificado; 3 residências coletivas para o pessoal qualificado; 4 escritórios; 1 escritório central; 1 almoxarifado; 4 galpões de máquinas e oficinas; 1 hangar; 1 igreja; 1 sede social; 1 escola; 1 ambulatório; 1 galpão para serraria; 1 galpão para carpintaria; 1 caixa d'água de 50.000 litros; 1 galpão para olaria; 57,54 Km de pontes estivas; 6 açudes; 5 campos de pouso; 478,3 Km de estradas internas; 98 Km de estradas externas; e eventuais 5 %. Já na rubrica custos operacionais estão: suplementação mineral; vacinação e vermifugação; salários e encargos sociais; manutenções diversas; aquisição de animais; e eventuais (5%) (SUDAM, 1974).

Nesse novo processo, a área correspondente ao empreendimento é de 217.600 hectares, um terço da extensão territorial referente à primeira aprovação em 1966.

Assim como fez a família Ometto, a Liquifarm pediu uma nova colaboração financeira em 30 de julho de 1976. Novamente foi aceita e os incentivos fiscais repassados foram na ordem de CR\$10.704.033,00, ainda que, no mesmo processo, conste o demonstrativo financeiro da rentabilidade e de coeficientes de avaliação do ano de 1975 da empresa, que apresentou um lucro líquido de CR\$46.444.414,00. No mesmo processo, assim como mencionado no ano de 1974, há uma tabela de custos que chegariam a CR\$28.702.151,00. Fazendo um comparativo com as obras mencionadas no processo anterior, de 1974, as obras descritas no processo de 1976 atenderam e ultrapassaram as metas, a saber: 12 pontes e estivas (não foi colocado a quilometragem, unidade de mensuração prevista no processo anterior); 6 campos de pouso; 585 Km de estradas internas; e 98 Km de estradas externas. Os itens citados neste processo tiveram suas previsões atendidas. Os outros itens não foram mencionados.

Em 10 de agosto de 1981, em um relatório de atualização financeira e desenvolvimento do projeto, a Liquipar S/A já aparece diretamente como acionista majoritária com 99,99% das ações. Neste processo consta que havia na propriedade 71.385 cabeças de gado. A Liquigás Holding Jersey Ltda., proprietária da Liquipar S/A, em setembro de 1981 foi adquirida pela Agip Petrolli, multinacional italiana e a razão social no Brasil passou a ser Agip Liquigás. O Vaticano, por meio da IOR (Instituto para Obras de Religião), mais conhecido como Banco do Vaticano, possuía ações da Agip Petrolli, o que não foi negado por Casaldáliga.

A Igreja como qualquer outra instituição pode e deve investir para aumentar o seu patrimônio. [...] Escrevi uma carta para o Vaticano pedindo para que eles deixassem de ser acionistas da Agip. Fui saber que o Vaticano não tinha mais ações da Agip na CPI da terra [em 2003] no Congresso Nacional. Aos inimigos isso era bom né, enchiam a nossa paciência porque diziam: se a Suiá-Missú é do Papa por que o bispo não vai protestar contra ele? (CASALDÁLIGA, 2013).

⁶ Não há nenhuma explicação nos documentos da SUDAM sobre a diferença entre o que seria pessoal qualificado e pessoal não-qualificado.

O processo de atualização financeira foi o último movimento da empresa documentado pela SUDAM e que consta em seu arquivo físico.

Todas essas sucessões de posse, desde a aquisição de Ariosto da Riva perante a CODEMAT, até a compra da Agip Petrolli, ocorreu sem que em nenhum momento, a tradição Xavante fosse respeitada, consultada ou até mesmo um empecilho para a realização de todos os negócios.

Os Xavante que ocupavam Marãiwatsédé, se dispersaram, mesmo que ainda voltassem para lá, para apanhar matéria-prima que haviam cultivado em sua terra de origem. Em 1984, alguns índios do grupo original foram para aldeia de Água Boa, na Reserva Indígena Pimentel Barbosa e começaram a articular com a FUNAI, à recuperação de suas terras. A FUNAI constituiu um grupo de técnicos para identificar a Terra Indígena Marãiwatsédé. Esse grupo delimitou uma superfície de 200 mil hectares, sendo que 168 mil hectares eram incidentes na Liquifarm Agropecuária Suiá-Missú e 32 mil hectares fora de seus limites.

Esse resultado saiu 8 anos depois do início das conversas do Xavante com a FUNAI, no início de 1992. Nesse mesmo ano, ocorreu no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Eco-92, realizada entre os dias 3 e 14 de junho. Esse encontro serviu para dar visibilidade para a busca de uma mudança na situação Xavante.

Antes porém, o cacique Damião Paridzané foi a Itália denunciar o que seu povo vivia, não sendo recebido no Vaticano, um dos principais acionistas da Agip Petrolli, na época. Ainda assim, o seu ato conseguiu atrair a atenção de muitos, e constrangeu a empresa por seus atos contrários aos direitos indígenas no Brasil. Tendo que enfrentar a opinião pública do país em que está instalada a sua matriz, a Agip Petrolli, durante a Eco-92, decidiu devolver as terras aos índios.

A antropóloga Iara Ferraz, em seu Dossiê, *Brasil: Responsabilidades Italianas na Amazônia*, elaborado em 1990, relata que a Agip Petrolli estava atuando em 232 mil hectares, sendo 108 mil hectares desmatados, empregando apenas 70 pessoas, tendo um rebanho de 32 mil cabeças de gado, número inferior a 100 mil cabeças, que segundo o dossiê, estavam sendo criadas pela empresa em 1985. Ferraz (1990) conclui que a diminuição do poder de criação seguido pela venda do rebanho bovino, está inserida em um contexto maior de falência do modelo de desenvolvimento baseado nos incentivos fiscais que buscavam a integração do mercado nacional mas eram utilizados em uma produção destinada à exportação. A queda de produção não se restringiu a Suiá-Missu, mas também por todas as propriedades que utilizaram o recurso público. Este foi o modelo responsável pela maior parte dos desmatamentos e da degradação ambiental verificados nesta porção de expansão da fronteira agropecuária em direção à Amazônia, promovendo uma concentração fundiária ainda mais acentuada e que se contrapôs, portanto, à reforma agrária e à produção de alimentos voltada para o abastecimento interno no Brasil.

3 O PROCESSO DE REPATRIAÇÃO XAVANTE

Após o anúncio da devolução das terras aos Xavante, deu-se início a um movimento político, contra essa devolução, de Marãiwatsédé aos indígenas. Iara Ferraz relata em sua carta denúncia, escrita em junho de 1992, endereçada ao então Ministro da Justiça Carlos Borja, que quando recebeu um comunicado, no dia 17 de junho, feito à FUNAI, de que haveria uma invasão em Marãiwatsédé, deslocaram um grupo técnico à região, com o objetivo de verificar *in locus* o que estava ocorrendo.

A equipe foi comandada pela própria Iara Ferraz e pelo agrônomo Mariano Mampieri. Chegando ao local, no entroncamento das rodovias BR-158 e BR-242, em um estabelecimento conhecido como Posto da Mata, o grupo técnico, se deparou com um cartaz fixado em um posto de gasolina, convocando os “posseiros da Suiá” para uma reunião que aconteceria no dia seguinte, dia 20 de junho às 14 horas, e que teria a presença do então prefeito de São Félix do Araguaia, José Antônio de Almeida “Ba-ú”.

O cartaz era assinado pelo então candidato a prefeito de Alto Boa Vista, Osmar Kallil Botelho Filho (Mazim) – que perdeu a eleição para prefeito no mesmo ano para Aldecides Milhomem de Cerqueira. Nesta reunião, no dia 20 de junho, no Posto da Mata, além de Osmar e José Antônio, tiveram a palavra o então funcionário do Fórum Filemon Costa Limoeiro, que seria eleito prefeito de São Félix do Araguaia no ano de 2008, e Ivair Matias, advogado em São Félix do Araguaia.

A Rádio Mundial FM gravou o encontro. Para ter-se a real noção do que foi discutido nesse encontro, coloca-se aqui, *ipsis litteris*, toda a conversa contida na gravação.

LOCUTOR: Diretamente da Rádio Mundial FM pra gravações da reunião aqui no Posto da Mata, no dia 20 de junho de 1992, às 15:10.

Estamos com a voz de MAZIM KALIL, candidato a prefeito de Alto Boa Vista

MAZIM KALIL: Pessoal que tá trabalhando dentro de sua posse aí que veio prestigiar essa reunião importante sim, não só para o município de Alto Boa Vista, mas importante pra toda a região do Araguaia. A finalidade, né, dessa reunião é tentarmos organizar mais né, os posseiros que estão dentro da área e dizer a eles, né, que essa área já foi da Itália, hoje é do brasileiro, hoje ela é nossa!

Os índios, se for voltar pra suas terras, ele têm que tomar todo o Brasil, e se for colocar índio no seu habitat natural, tem que mandar índio lá pra Jacareacanga [município paraense que faz divisa com cidades que estão localizadas na mesorregião do Norte Mato-grossense], ou Amazonas, ou Pará, que é lá que tem matas virgens. Como é que vai colocar o índio no meio do povo? O índio tem que colocar ele no habitat natural... Então isso é ilusão de algumas pessoas que querem (palmas), que que-

rem fazer nós, o povo da região, nós o brasileiro de bobo. Achando que aqui só tem índio também, beijo furado, que vai deixar talvez gringo chegar e ficar mandando no que é nosso! Então, agradecer a presença de todos vocês, é dizer o que foi, né, falado aqui deve ser passado aos demais posseiros que estão nas áreas e... agradecendo assim, quero passar a palavra ao nosso prefeito municipal, José Antônio de Almeida, o “Baú”.

BAÚ: Nós reiteramos, agradecemos a presença de todos e quero deixar bem claro que nós não somos mentores de invasão de propriedade. O Mazim explicou muito bem aqui: essas terras aqui são ricas, estão no centro do nosso município, é uma região que agora o progresso está chegando através de asfalto de rodovias - e a “Suiá” foi uma das maiores fazendas do Brasil e talvez do mundo. Venderam algumas áreas, mesmo assim restou 217 mil hectares de terra. E quando a empresa estava intacta, nós toda vida respeitamos a “Suiá” e a propriedade – porque nós temos que respeitar a propriedade para ser respeitados.

Quando surgiu esses primeiros fatos da possibilidade da volta dos Xavantes pra região, todo povo ficou muito preocupado. Eu até estive numa audiência com o Dr. Renato Grillo [à época gerente da Agip no Brasil], levando alguma crise entre os Xavantes e a população, porque em 66 esses índios foram embora daqui para uma outra reserva. Eles possui cinco reservas imensas aqui no Mato Grosso. Já estão habituados lá naquela região e não há necessidade nenhuma de trazer 600 e poucos índios para ocupar um espaço tão grande, sendo que os brasileiros tá com problemas de terras, precisa de terra para trabalhar. Nós temos visto na televisão o povo arranchado na beira de rodovia procurando pedaço de terra...

E nós começamos desde aquele primeiro momento a denunciar para as autoridades competentes, através de telex para o Ministro da Justiça, deputados federais, senadores, governador [na época o governador de Mato Grosso era o Sr. Jayme Campos], a própria fazenda. E eles também não apoia o retorno dos índios. Mas essa força ela tinha que nascer espontaneamente da população. E nós, como autoridade, nós temos que dar respaldo aos anseios da população (palmas). Se a população achou por bem tomar conta dessas terras em vez de dá-la para os índios, nós temos de dar esse respaldo para o povo. Seria irresponsabilidade nossa se nós estivéssemos de braço cruzado, deixando as coisas correr naturalmente! Então o que nós devemos fazer é canalizar o anseio do povo e, baseado nisso, nós estamos aí. Não é a prefeitura que está levando o povo para dentro da gleba, a prefeitura nem colocou carro à disposição de ninguém, é o próprio povo que vai estar entrando. Já vão demarcar as suas áreas, e tomar as providências necessárias para ocupar a terra. Esta área ainda não foi passada a escritura para os índios, ainda é da fazenda. A fazenda afastou a questão, pelas nossas informações, nós já conversamos com o governador; o governador dará todo respaldo ao povo (palmas).

E eu falei pro Dr. Renato Grillo que essa “ogeriza” do nosso povo em relação aos Xavantes é muito antiga. Os Xavantes quando habitavam essa região, eles atacaram São Félix, na fazenda Caracol. Naquela época o povo também andou matando índio. Então os índios já deixaram a nossa região; estão numa reserva grande.

Eu acho que vocês tem que se organizar, dentro da área, e essa reunião aqui seria pra escolher os líderes. Porque tudo tem que ter o mínimo de organização: pra começar, tem que respeitar o direito do outro, o que chegou primeiro já marcou o seu lugar, o direito é dele... Nós temos que escolher, não eu em si, seria vocês espontaneamente – escolher os líderes – que amanhã nós vamos ter uma conversa com as autoridades, que esse movimento só está apenas começando. Nós temos que escolher entre vocês, os posseiros, aqueles que vão representar os outros. Talvez uma reunião importante em Brasília, ou em Cuiabá, ou aqui mesmo, então teria de ter representantes dos posseiros, porque não dá pra levar todo mundo. Então deveria ter os posseiros que iria representar – por grupo ou por região onde estarão ocupando. Então eu acho que vocês deveriam hoje, quando nós sairmos dessa reunião, já levar esses nomes dessas pessoas. Nós vamos deixar que vocês próprios escolham...

Breve nós teremos uma reunião com esses representantes com autoridades, com diretores da empresa, talvez seria necessário nós irmos a Brasília, no Ministro da Justiça, no governador... Esse movimento tá começando, então vamos organizar. É esse o caminho! E nós esperamos que vocês tenham sucesso, todos nós tenhamos sucesso e realmente NÃO aceitar o retorno dos índios (palmas)! Eu vou passar a palavra – isso aqui depois quem quiser fazer o uso da palavra pode subir aqui e falar – eu vou passar a palavra ao Dr. Ivair, que é advogado e ele poderá dar algum esclarecimento aí. E muito obrigado, gente (palmas)!

IVAIR MATIAS (Advogado em São Félix do Araguaia): A maioria dos senhores aqui já nos conhecem de longa data. Estou nessa região há nove anos. Nós viemos de São Paulo para cá com a intenção de ajudar a construir esse Brasil novo, que se implanta no coração do país. O Brasil tem ficado na região do litoral por longos anos e quem vê na televisão, vê as favelas apinhadas de brasileiros passando fome, e os senhores tiveram a coragem de sair desses grandes centros, de esvaziar a cidade e vir pra cá amansar a terra, de produzir o alimento, para matar a fome do mundo!

Os jornalistas que aqui estão sabem muito bem, que no mundo inteiro se tem grave problema de alimentação. Na África, crianças disputam grão de arroz no meio do barro, no meio da terra, para comer e querem colocar o espaço total de 200 e tantos mil hectares de área produtiva para ficar servindo de “parque”, de “área de passeio” para os índios! Se eles não tivessem espaço físico para viver seria uma coisa louvável! Mas todos nós brasileiros sabemos: “os índios são os maiores latifundiários desse país”! Tem terra de sobra para viver (palmas)!

Não podemos... O povo brasileiro é respeitador! Tanto é respeitador que aceitou estrangeiros, europeus terem esse imenso território implantado dentro do país e

sempre respeitou! Agora, não podemos aceitar que lá de fora venham ditar os comportamentos e atividades do brasileiro, dentro da nossa própria casa (palmas)!

Temos uma lei maior que rege os problemas sociais do nosso país que é a nossa Constituição Federal! No capítulo que ela trata dos índios, é muito claro o dispositivo da lei, no parágrafo nº 5 do artigo 231. Diz o seguinte: “é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe, ou epidemia que põe em risco a sua população ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional”. Isso aqui é a vontade do povo brasileiro expressa em uma Constituição Federal! Não vamos passar por cima daquilo que nós ditamos, como comportamento e regra de convivência para esse país! Não por vontade de alienígenas, de pessoas estrangeiras que vêm aqui para fazer esse movimento, para fazer cortesia com o nosso chapeuzinho, tá? (palmas).

Nós sabemos que às margens das rodovias desse país tem muitas famílias, lá, jogadas, esperando um espaço de chão para comer! E vem vindo pro aí caravanas imensas de famílias! Isto é um movimento irreversível! Aqueles que tem alguma chance, alguma esperança de ver concretizada essa reserva, “pode tirar o cavalinho da chuva”. Isso está na mão dos senhores, os senhores precisam da terra, os senhores terão que lutar por ela! (palmas). De minha parte, os senhores terão garantia, como advogado, no nosso ‘métier’, faremos todo o possível para dar respaldo aos senhores! Muito Obrigado!

FILEMON (Rambo da Floresta): Nós ajudamos até a todos os posseiros daqui serem localizados. Terminei de falar há pouco que o interesse meu é maior que certos grupos que vêm de fora, por que sou filho da região. Tenho amor a essa terra, meus familiares moram aqui. Meus amigos estão aqui. E vocês também são filhos da região. Nós não podemos – até como o “Baú” terminou de falar – respeitamos até o direito da propriedade, porque nós respeitamos isso aqui, a Constituição! MAS CHEGOU A UM PONTO...OU NÓS OU ELES! E preferimos ser NÓS, porque nós temos o direito! (palmas). E esse direito, hoje de vocês que são posseiros, tem que ser respeitado também! Porque não admitiria se os índios hoje estivesse aí e nós tivesse invadido eles! Aí eu seria contra! Agora, como nós não vamos admitir, que hoje é nós que estamos aqui e índio vem invadir aqui onde nós estamos! (palmas).

Tem que haver respeito com vocês entre posseiro e posseiro. Problemas de divisa? Vamos tirar de 22 alqueires! Foi combinado 22 alqueires que dá 100 hectares. Dá para uma família viver, os filhos viverem dela, plantando, que a terra é boa! Nós – falei há pouco tempo lá também – que hoje nós compramos tomate, cenoura, beterraba, pimenta, tudo de Goiânia! Porque lá tem terra boa que produz! Nós temos, na beira do rio, aqui é cerrado, terra alagadiça, que não produz nada! Com uma área aqui que produz tudo! Mas como existia um dono, como tem um dono, nós respeitamos. Hoje, ia pra ser jogado nas mãos dos índios! Um direito que eu nem sei onde acharam?!

Dizer que aqui tem muito índio? Aqueles que estão preocupados com os índios, que têm que assentar ... tem um monte de país que não tem índio! Pode levar a metade! Pode levar! (palmas). Pode carregarem, levarem! Eu perguntei:

— “Na Itália tem índio”?

— “Não, não tem”!

— “Leva! Leva pra lá! Carrega pra lá! Agora não vem jogar em nós não! Atrapalhar uma região, um município recém-criado aqui, se colocar índio aqui... Acaba!”

Nós estamos aqui, tem uma área que é produtiva, eu acho que é anseio de todos vocês adquirir esse pedacinho de terra... Nós não somos contra o índio! Tanto é que existe um monte de reservas pra lá! Se quiserem, esses grupo que tão trabalhando aqui, nós ajuda com caminhão, põe caminhão a disposição, eu ajudo fretar, eu tenho caminhão, pó pré lá, pra carregar eles pra lá! Aqui não!

Nós não queremos conflito, não queremos, é...é...é...branco com índio, ninguém quer isso, ninguém quer! Porque todos aqui têm família! Todos querem ver suas famílias bem! Num tá aqui pra brigar com índio não! Então pedimos a esse grupo que é amigo dos índios, que veio demarcar terra com os índios, que transmitam isso aos índios! Que respeitem agora o que é nosso, que é de vocês, que eles têm a área deles há muitos anos – há 32 anos eles já estão lá! Que deixa essa área pro pessoal que está querendo trabalhar. Que está querendo produzir. Porque amanhã, esse pessoal que veio de fora, daqui a dois anos venham visitar São Félix! Venham visitar essa região produtiva! Vocês não vão comer fruta de fora não! Vão comer daqui, o arroz, o feijão, a batata, é... abacaxi, manga, tudo é da região aqui, não vai trazer de fora não! É produzido aqui. Agora... o dia que eles produzir... se quiser, se for pra trabalhar... se os índios trabalhassem e produzissem, tudo bem! A gente ia respeitar o direito deles também! Só que eles vão atrapalhar a região, começar a invadir fazenda, vai começar a matar gado, porque... mata? O Xavante não entra! Em mata ele não entra! Ele tem medo de onça (risos). E os Karajá estão lá dentro né? O Araguaia, tão lá... Então isso daí é ruim né, é péssimo! É muito ruim para a nossa região, gente! É difícil trazer índios para a nossa região. Vai prejudicar uma região toda! Pro pessoal que mora nos grandes centros, é muito fácil ditar as normas de lá pra nós aqui. Agora, venham morar aqui em São Félix! Venha sair na época do inverno aqui, gastar três dias em Barra do Garças! A maioria não vem, porque vem de avião... então é fácil. Agora pra esse povo que mora aqui, é difícil, é difícil! Todo mundo é sofredor, todo mundo tem seu problema. Então vamos respeitar o direito desse pessoal. Muito obrigado!

BAÚ: Só pra citar por exemplo, o jornalista que está aqui presente, a respeito das reservas indígenas, nós temos Areões, temos – tudo Xavante! – Areões, São Domingos, São Marcos... e Parabubure, né? Tem mais outra, são cinco! É... eu tou citando ela, Sangradouro. Tão aqui dentro do nosso município, a reserva do Parque Nacional do Xingu é dois milhões e quatrocentos mil hectares. A Ilha do Bananal, que tá lá em

frente a nossa cidade, que nós temos um convívio pacífico com.. os Xavantes, são três milhões e seiscentos mil hectares de terra! Então os Xavantes, eles não vai ocupar isso aqui! Isso é um grupo pequeno, não justifica se eles voltar, se eles tentarem voltar, vai ter conflito sério! Vai ser uma convivência muito difícil para nossa população. Pior que no início... Então não tem a mínima possibilidade realmente do retorno desses Xavantes. E não é que nós estamos incentivando isso! Nós estamos canalizando a vontade do povo! Seria irresponsabilidade nossa, nós estar incentivando. Nós estamos “organizando” o povo, nós não poderia virar as costas! E quero até avisar para os posseiros, que nós temos que, acima de tudo, ter o mínimo de organização. Eu já encontrei com o Dr. Osmar [delegado regional], o “Zé Careca” [funcionário da prefeitura] tá aí presente, ele vai fazer uma... a prefeitura vai ajudar a polícia com combustível e tudo... e de vez em quando vai andar aqui na área, não para prejudicar os posseiros! Pelo contrário, para todo mundo sentir uma certa segurança, que a lei está cuidando, e para não começar conflito de posseiro com posseiro. Aí sem alguém se sentir ameaçado é só recorrer as autoridades.

MAZIM: É o seguinte né? Como o Filemon falou, a gente tem um projeto pra fazer na cidade aqui no Posto da Mata. É o seguinte, eu tô entrando em contato com Ariosto da Riva, viu? Eu liguei lá, ele não estava na casa dele, eu tô novamente em contato com ele, né? É que ele tinha um sonho de fazer essa cidade aqui e parece que ele já tem o mapa já planejado da cidade aqui no Posto da Mata!

Outra coisa, nós temos ai, já em fase de conclusão a criação do território do Araguaia. Hoje tem uma cidade cotada para ganhar a capital... Atenção gente! Atenção aí! Tem uma cidade cotada para ganhar a capital que é Confresa. Mas eu duvido que se o Posto da Mata tiver a cidade aqui, se nós não ganha a capital aqui pro Posto da Mata! Que se chamará através de alguns pedido e de pessoas que estão ajudando nós, né, a “cidade dos posseiros”! O nome já coloquei!

Vamos repetir o direito do outro, cada um vai tirar seu 22 alqueire, não ultrapassar aquilo... eu acho que aquele que está sem terra é algum que tirou mais de duas, três, posse, pode pegar a posse dele, conversá com ele, conversá com o líder de sua região, e pegá! Daqui a pouco tá cheio de latifúndio aqui de novo e tá o pessoal precisando trabalhar e sem ela pra trabalhar! Eu tô aqui pra dar apoio pra vocês, né? Junto com o “Baú”, o Filemon, né? Naquilo que vocês decidirem, né? E não vou ter nenhuma posse não! Não por que eu não quero, é por causa de tempo também, né? Mas eu quero tirar um pedaço pra mim também, certo?

Então a gente quer, né? A gente que ver agora... atenção! Os líder! Já foi avisado pra todo mundo, essa área aqui do Posto da Mata até Alto da Boa Vista, NÃO PODE ENTRAR PORQUE PODE DAR PROBLEMAS PRA NÓS! Nós estamos distribuindo o mapa, vamos pegar o líder, vamos dar um mapa pra cada líder, pra ele saber onde pode entrar e onde não pode entrar. Que o negócio tá mais ou menos organizado por

parte de vocês, porque senão a gente fica sem força, pra poder estar ao lado de vocês!

BAÚ: Quanto a essa área de “reserva”, pessoal, é porque... NESSA NEGOCIAÇÃO QUE NÓS FIZEMOS COM A FAZENDA, ele pediram pra não mexer aqui nessa área (atenção) pra não mexer nessa área, porque a fazenda ainda tem muita coisa aí, tem gado, tem tudo! Aqui é um outro título, que tem uns três proprietários – aqui é tudo da Liquigás – mas empresas diferentes – e eles, até o desfecho de tudo, eles quer manter as coisas dele. Então nós devemos respeitar, porque eles não vão mexer com vocês! Já conversamos com o governador, o governador também vai mandar polícia! Não tem nada, podem ficar tranquilo.

Eu não sou posseiro aqui, o Filemon acho que também não vai mexer com isso... Então nós não tamos mexendo, né? E também tamo fazendo isso, nós não tamos ganhando nada... nós estamos querendo ajudar o povo... né? Que nós realmente não queremos índio, porque aqui, porque senão ia desvalorizar toda a região! Então era isso! Eu acho que nós devemos passar a palavra para algum líder, alguma pessoa que queira falar, algum posseiro, alguma pessoa que tenha experiência...

LOCUTOR: Espera um pouquinho só aqui, doutor! Quer dizer que esses índios, se eles vier pra cá, não tem problema mais deles apossear dessas terras que tá “liberada” pela “Suiá”?

BAÚ: Você fala a Suiá?...

LOCUTOR: Mas não tem área pra índio não?

BAÚ: Não! A área agora é do povo! Outra coisa, os índios pode teimar e vim! Então, cheia de gente, vocês segurando duro, vocês viram os repórter! A hora que eles souberem do movimento, vieram correndo... O pessoal ligou pra mim: “óia, tá indo um pessoal aí, mas já foram embora...” A hora que viram a manifestação de vocês, já pegaram a trouxinha e tão indo... Mas nós temos que ficar atento pra ver o que eles vão fazer... esse povo não é da fazenda... Esse pessoal não é da fazenda...

MAZIM: Se os índios vier, qual a providência que a gente pode tomar?

BAÚ: Olha, nós não podemos falar! Eu acho que tem que fazer um barulhão desgraçado! (risos). Porque senão (risos). Eu não vou falar não!

MAZIM: Nós temos um mapa que tem todas as áreas, tem todas as áreas... Essa é a área da fazenda...né? Então é o seguinte: é muito importante cada região apresentar os seus líderes, quanto mais rápido possível, se for agora, melhor! Entendeu? Pra

gente poder ter essas decisões! A gente vai passar um mapa desses, pra orientar, né? O pessoal que vai entrar... quanto que pode... dar pra cada pessoa... quando cada pessoa pode tirar... Então vamos apresentar o líder...cada região tá entrando aí...apresentar um líder, como representante, viu? E um mapa desse aí vai ficar, né? Vai ficar na mão de cada líder... E as decisões que foram tomadas vai passar pro líder...líder vai passar pra região dele, pros posseiros da região dele... É só isso aí...

FILEMON (*off*): Manda reunir lá fora!

MAZIM: Neste momento agora estive reunido aí, agente já quer que venha aqui, pra trás do carro... pra gente conversar... o líder de cada região, tá? E eu quero agradecer a presença de vocês... Agora queria dizer o seguinte: que nós temos caboclo bom de serviço lá de Bom Jesus [do Araguaia, município que faz divisa com São Félix do Araguaia e com o Posto da Mata] já na "linha de frente"... eu acho que a gente tem que tá disposto a qualquer coisa! Eu até... nossa!... disposto a qualquer coisa! E vamos garantir isso aí pra cada trabalhador, pra cada pessoa que quer levar o progresso pra nossa região! Muiyo obrigado!

LOCUTOR: Está encerrada a reunião com a fala do candidato a prefeito Mazim Kalil. Falou também o prefeito de São Félix do Araguaia, Baú, o nosso amigo advogado Iva-ir, de São Félix do Araguaia e mais alguns que falaram. (Fim do Áudio).

O conteúdo do discurso do encontro do dia 20 de junho de 1992, demonstra uma incitação à invasão de Marãiwatsede. Um pequeno número de pessoas, que participaram desse encontro, e que são coniventes com os mentores do movimento, por conveniência ou por ignorância, absorveram a construção da ideia de invasão, perante o repasse da mesma pelos articuladores políticos. Baseados em argumentos racistas, tratando o índio como um ser inferior, com uma soberba tamanha, políticos da região colocam-se em um altar, atraindo pessoas e organizando-as (ou alienando-as), para entrar em terras que não a pertencem.

Políticos estes, que no discurso, afirmaram que não queriam os índios na região, pois desvalorizariam as terras que estão perto da reserva de Marãiwatsédé, e que possivelmente, algumas porções de terras seriam destes mesmos políticos, que afirmaram que iriam abrir mão das terras da Suiá-Missú em prol dos "posseiros", como se estivessem somente fazendo um favor à população da região. Apenas Mazim Kalil afirmou que queria um lote.

A articulação política do grupo organizador, indica a colaboração do governador do Estado de Mato Grosso, e que este ofereceria "todo respaldo ao povo".

O tom ofensivo direcionado ao povo indígena, conclamando um ódio que surge devido a interesses financeiros de alguns, atinge as necessidades básicas por qual passa algumas famílias, e a culpa deste sofrimento passa a ser dos índios e não do

sistema excludente que impera no mundo atual. Este ódio criado por estes poucos, é semelhante ao já visto em períodos nebulosos ao longo da história da humanidade, como em relação aos negros no período da escravidão ou em relação aos judeus por parte do nazismo alemão, pois, como foi dito por quem estava discursando, os “posseiros” teriam que “tá disposto a qualquer coisa (Eu até... nossa! Disposto a qualquer coisa!)” Baú, então prefeito de São Félix do Araguaia, evitou falar, mas Mazim Kalil, em suas últimas falas dá a entender que os posseiros teriam que estar preparados para conter o retorno dos índios até mesmo com homicídios, e que a articulação política havia colocado um “caboclo” na “linha de frente”, “bom de serviço” e que a resistência teria de ser a qualquer custo.

Além das questões mencionadas, é nítido pelo tom ofensivo e pelos relatos de incitação e invasão de que não havia posseiros dentro das áreas devolvidas aos índios da Suiá-Missú, pois nos discursos é afirmado que as terras da Agip eram respeitadas, mas que as dos Xavante não seriam. Há ainda, para ratificar a ausência de produção dos “posseiros” na área, a definição do tamanho dos lotes que seriam invadidos e um mapa que foi elaborado pelos políticos, assinado por Mazim Kalil, que indicava onde os “posseiros” deveriam invadir e onde não eram permitida, por eles, essa invasão.

Muitas famílias advindas de lugares próximos, como os municípios de Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia e Porto Alegre do Norte, e de lugares distantes como Goiânia, estavam sendo deslocadas para dentro da área da reserva da Suiá-Missú, mediante ao estímulo de invasão por parte dos políticos locais. As famílias estavam cercado lotes de 100 hectares, como fora mencionado no discurso, mas comerciantes locais obtinham lotes acima de 2.000 hectares. Policiais de São Félix do Araguaia, também estariam recebendo grandes lotes.

Essa foi a base formada para a invasão dos que foram chamados de “posseiros” pelos incentivadores que organizavam lideranças para representarem os invasores, dividindo a terra a ser invadida em regiões, sendo que cada líder representaria uma região. Deu-se início a uma discussão processual para identificar quem eram os verdadeiros donos dessas terras, que tramitou na 5ª Vara Judicial Federal de Mato Grosso, originado uma ação civil pública de nº 950000679-0 ainda que essas terras tenham sido devolvidas aos Xavante em um documento assinado publicamente em um evento de ordem mundial.

As terras eram sim, legalmente, dos Xavante, mas estes não conseguiriam entrar, pois os invasores ofereceram resistência. Os posseiros obedeceram às ordens dos políticos da região e se organizaram. Conseguiram judicialmente fazer com que a demarcação da terra fosse anulada e que o trabalho fosse feito novamente, e não somente por técnicos da FUNAI. Em 1996, os Ministérios da Justiça e o Extraordinário de Políticas Fundiárias decidiram criar um grupo de trabalho composto por membros dos dois ministérios, da FUNAI, Incra, Prodeagro, Comissão Pastoral da Terra, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região e representantes da Prefeitura de São Félix do Araguaia e de Alto Boa Vista.

Estabeleceu-se uma guerra de liminares. A Associação de Produtores Rurais da Suiá-Missú (Aprosum), conseguiu impedir a demarcação das terras até o dia 11 de setembro de 1998, onde por meio de um decreto presidencial, pôs-se fim nas determinações judiciais que, ora suspendiam a demarcação, ora sentenciavam que a demarcação poderia ser feita, por meio da homologação das terras indígenas de Marãiwatsédé (DIÁRIO..., 1998).

Em meio às atividades de demarcação, quando eram permitidas, um grupo de técnicos compostos por integrantes do INCRA, da FUNAI e da INTERMAT, verificaram a situação ocupacional das terras e contaram cerca de trezentas pequenas propriedades concentradas no Posto da Mata, local onde ocorreu a incitação à invasão das terras indígenas, localizado no entroncamento das BR-158 e BR-242 como já fora mencionado, e onde, segundo o testemunho de alguns regionais, havia grande quantidades de bares, tráfico de drogas e prostituição. Em um sobrevoo, feito na mesma averiguação, viu-se grandes pastos e madeiras, que eram encobertos pelas relações estabelecidas na fachada do Posto da Mata. Uma grande devastação ambiental, tomou conta de Marãiwatsédé (BUENO, 2006)

Após a homologação da demarcação das terras, nova guerra de liminares foi estabelecida para decidir sobre a reocupação, ou não, dos invasores. Em 10 de novembro de 2000, o juiz federal da 5ª Vara Federal de Mato Grosso, determinou e autorizou o retorno dos Xavante a Marãiwatsédé, mas sem a desocupação dos "posseiros". A FUNAI teria que comandar fazer acontecer a volta dos Xavante à sua terra. Os índios voltaram mas não conseguiram entrar no seio de Marãiwatsédé, ocupado apenas 5% de suas terras, como afirma o cacique Damião em carta entregue à Presidenta Dilma Rousseff, a qual veremos mais adiante.

A Aprosum recorreu da decisão junto ao Tribunal Regional Federal (TRF). A decisão então passaria para o Superior Tribunal Federal (STF) que por meio da relatora, a Ministra Ellen Gracie, retificou a decisão judicial vigente.

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA TERRAS INDÍGENAS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE DEU PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO PARA REFORMAR DECISÃO QUE HAVIA AUTORIZADO A FUNAI A INTRODUIZIR OS SILVÍCOLAS EM RESERVA INDÍGENA DEMARCADA, SEM PREJUÍZO DA PERMANÊNCIA DE POSSEIROS NO LOCAL. 1. Estando a permanência dos posseiros no local garantida por anterior decisão do Tribunal Regional Federal que não é objeto do presente recurso, a questão devolvida a esta Corte cinge-se à possibilidade da convivência provisória destes com os índios a serem introduzidos na área em litígio. 2. A alusão a iminente conflito não se presta a suspender a decisão que autoriza a entrada dos silvícolas nas terras indígenas cuja posse lhes é assegurada pelo texto constitucional, sob pena de inversão da presunção da legitimidade do processo de demarcação. Ofensa ao art. 231 § 2º e 6º da CF. 3. Recurso provido para restabelecer a decisão proferida pelo juízo de origem, autorizando o retorno da Comunidade Xavante à Terra Indígena de Marãiwatsédé, sem prejuízo, por en-

quanto, da permanência dos posseiros no local onde estão (STF: RECURSO EXTRAORDINÁRIO 416144 MT, 1/10/2004).

Após resolvida a questão da “divisão” das terras entre posseiros e índios e ainda a espera da definição de quem as ocuparia, argumentos eram utilizados pelas partes para atraírem a opinião pública, sendo divulgados por veículos de comunicação regional. Os índios sempre afirmavam o direito a terra, pois como são uma tribo seminômade, sempre viveram em sua porção de terra, cultivando a sua matéria-prima e realizando rituais que não podem ser feitos em outros lugares⁷. A Aprosum afirmava que havia três mil famílias instaladas e produzindo na antiga fazenda Suiá-Missú – neste caso o contingente populacional, segundo a Aprosum, seria de no mínimo 10.000 pessoas nas terras indígenas de Marãiwatsédé - e que 166 mil hectares seria muita terra para pouco índio. Bueno, em seu laudo antropológico, afirma que havia, 798 habitantes na área em 2005, e contou 345 edificações residenciais e comerciais. Eram então, mais de 160 mil hectares para no máximo 800 “posseiros” e havia 700 índios vivendo em uma pequena porção de terra e mais 400 esperando a decisão judicial, pois na faixa estreita em que viviam os primeiros, os últimos mencionados, não cabiam.

A decisão judicial veio em 5 de fevereiro de 2007, determinando que os réus, incertos, desconhecidos e terceiros, que se retirassem da Terra Indígena de Marãiwatsédé. O Ministério Público Federal ordenou o cumprimento da sentença em 23 de agosto de 2007. Porém, já no dia 17 de dezembro de 2007, o Desembargador Fagundes de Deus, suspendeu o cumprimento da sentença por meio da concessão de um efeito suspensivo, propondo uma permuta de terras, o que gerou um novo processo. Segundo Fagundes de Deus, os índios deveriam abrir mãos de Marãiwatsédé e mudarem-se para o Parque Nacional do Araguaia.

Em meio ao trâmite deste processo, entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, ocorreu no Brasil a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ficou conhecida como Rio + 20. A pressão popular estava novamente ao lado dos silvícolas. Entre a ECO-92, quando foi devolvida as terras aos Xavantes e a Rio + 20 passaram-se 20 anos, e os indígenas ainda não estavam vivendo em suas terras. Caci-que Damião estava novamente participando pessoalmente da Rio + 20, reivindicando o direito de entrar em suas terras. Damião entregou em mãos a carta para a Presidenta Dilma Rousseff que segue na íntegra:

Exma. Sra. Presidenta Dilma Rousseff

Eu, cacique Damião Paridzané, vim à Rio+20 com representantes do povo Xavante exigir que o governo brasileiro garanta a implementação imediata do plano de desin-

⁷ Há diversos rituais culturais dos Xavantes. Um deles se remete aos seus mortos e o lugar que seria uma espécie de cemitério Xavante, que está nas Terras Indígenas Marãiwatsédé (MAYBURY-LEWIS, 1984).

trusão da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT), permitindo a ocupação integral do nosso território, que foi prometido 20 anos atrás na Eco 92.

Nesses 20 anos que se passaram, Marãiwatsédé se transformou na Terra Indígena mais desmatada da Amazônia brasileira, envergonhando todo o nosso país com a devastação criminosa que produtores de soja e de gado estão ainda fazendo na nossa terra sagrada. Vinte anos também não foram suficientes para que a Justiça brasileira tivesse a força necessária para fazer valer a decisão que respeita a Constituição Federal e os povos indígenas, tomada por unanimidade e determinando a retirada dos invasores, pois todos entraram em nossa terra ilegalmente, de má fé.

Apesar de termos nosso território reconhecido, demarcado e homologado desde 1998, ocupamos 5% da área que é de nosso direito porque fazendeiros e políticos nos ameaçam, destroem a nossa mata em Marãiwatsédé deixando nossa comunidade sem caça, sem frutos e sem os remédios tradicionais de que precisamos. Eles também despejam agrotóxicos nos rios que abastecem a nossa aldeia, por isso muitas crianças estão doentes, com diarreia, vômito e pneumonia. Enquanto estamos aqui no Rio de Janeiro, recebemos a notícia de que mais uma criança faleceu na aldeia por desnutrição.

Nós lutamos e sofremos muito para estar aqui hoje. Não queremos perder a viagem. Viemos a Rio+20 pedir que o governo federal finalmente cumpra a decisão da Justiça, que no mês passado derrubou a liminar que suspendia a retirada dos fazendeiros. Agora, a desintrusão está novamente autorizada. Queremos que o governo permita uma transição rápida da terra invadida ao povo Xavante, garantindo assistência para a nossa integridade física, cultural e a recuperação das áreas devastadas nesses 20 anos.

Vinte anos de espera é muito tempo.

Eu fui criado em Marãiwatsédé antes do contato com o homem branco. Estou lutando há 46 anos. Eu era criança quando o governo retirou minha comunidade nos aviões da FAB em 1966. Desde aquela época estamos lutando para voltar à nossa terra. Estou cansado. Mas não vou desistir. Nunca.

Cacique Damião Paridzané

A justiça brasileira demorou cinco anos para perceber que a proposta do Desembargador Fagundes de Deus era inconstitucional. No dia 29 de junho de 2012, o Desembargador Souza Prudente, declarou sem efeito a proposta do Desembargador Fagundes de Deus.

Assim sendo, o Ministério Público Federal, determinou que:

- (i) A expedição do ofício à Presidência da FUNAI para que, no prazo improrrogável de 10 dias, presente, em juízo, o plano de desintrusão das terras Indígenas de Marãiwatsédé; (ii) apresentado o plano de desintrusão, determina-se a expedição, *incontinenti*, do mandado de desocupação da área em litígio, com prazo de trinta dias, devendo serem mantidos apenas os in-

dígenas, estando autorizados, de antemão, o desforço policial por parte da Polícia Federal, bem como o auxílio da Força Nacional de Segurança (DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO, 22/10/2012).

A desocupação de Marãiwatsédé começou em 10 de dezembro de 2012. Representantes do INCRA, da FUNAI, do IBAMA, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Exército, participaram dessa desocupação que não foi pacífica⁸. Com a desocupação, verificou-se, *in locus*, 242 empreendimentos (casas, fazendas e comércio) pertencentes a não-índios e 455 pessoas.

O baixo número de posseiros não é de se espantar, pois o veículo de comunicação impresso Diário de Cuiabá de 06 de dezembro de 2012, mostra que 2/3 da Terra Indígena Marãiwatsédé estava nas mãos de 22 grandes “posseiros”. Este grupo era proprietário de 32 fazendas, que somavam 166,4 mil hectares. Entre esses proprietários é citado o nome do Desembargador Manoel Ornellas, o vereador de Rondonópolis Mohamed Zaher, o ex prefeito de Alto Boa Vista, Aldeides Cirqueira e seu irmão Antônio Cirqueira, o também ex prefeito de Alto Boa Vista Antônio Manoel Jordão e o ex prefeito de São Félix do Araguaia, Filemon Limoeiro, que na incitação à invasão à Marãiwatsédé, gravada pela Rádio Mundial FM, afirmou que não queria nenhum lote da área invadida. É citado ainda, entre o grupo de latifundiários, o grileiro Gilberto Luiz de Resende, preso em 7 de agosto de 2014, em uma operação da Polícia Federal que expediu 17 mandatos de prisão contra a organização que movimentou dezenas de milhões de reais em esquema de grilagem de terra e desmatamento ilegal em Marãiwatsede.

O INCRA fez o cadastro de 300 unidades familiares para o assentamento dos “posseiros” no município de Ribeirão Cascalheira, conforme divulgação no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012. Após 20 anos, direcionava “aos pequenos o INCRA, aos latifundiários, nada!” (CASALDÁLIGA, 2013).

O assentamento, até o fim de 2014 ainda não ficou pronto, e, devido ao não cumprimento das datas para a entrega da estrutura prometida, por parte do INCRA, o clima de tensão ainda persiste na região. Os invasores retirados de Marãiwatsédé não estão satisfeitos com apenas promessas do INCRA e voltam a antiga Suiá-Missú para tentar retomar a posse das mesmas. A primeira tentativa foi em 24 de março de 2013. Houve outra tentativa dois meses depois, no dia 3 de junho. A última foi em 24 de janeiro de 2014. As tentativas de invasão, assim como a desocupação, não foram pacíficas. Houve confrontos entre policiais e posseiros. Segundo a FUNAI, o número total de manifestantes flutuou sempre entre 50 e 60 pessoas. A Polícia Federal ainda estava presente na Terra Indígena da Suiá-Missú em dezembro de 2014.

⁸ No sítio de vídeos Youtube, o qual se acessa por meio da rede mundial de computadores, há diversos documentos audiovisuais desta desocupação. Segue o link de busca feita dentro do sítio, utilizando as palavras “desocupação Suiá-Missú”: http://www.youtube.com/results?search_query=desocupa%C3%A7%C3%A3o+Sui%C3%A1-Miss%C3%BA

4 AS CONSEQUÊNCIAS DA INVASÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA PARA A SOCIEDADE XAVANTE

O principal impacto, não só da invasão a Marãiwatsédé, mas também da demora do trâmite processual da devolução da terra indígena à sociedade Xavante, foi o desmatamento. A relação dos silvícolas com a natureza é o que move uma sociedade indígena, qualquer que seja a etnia. A devastação ambiental interfere diretamente na cultura Xavante. Junto com o desmatamento, vem a contaminação dos solos e das águas, o que prejudica o crescimento vegetativo da tribo.

A piora da saúde dos índios é potencializada pela falta de acesso aos remédios tradicionais, feitos com raízes que não se vê mais em Marãiwatsédé.

Além de não conseguirem fazer a coleta, o conhecimento que deveria ser passado, dos mais velhos para os mais novos, se esvai junto com as árvores que foram derrubadas. Há uma quebra na transmissão da cadeia de conhecimento do ethos Xavante, levando a perda da dignidade humana, pois estes passam a depender da ajuda externa para ter acesso a comida, medicamento, e outros bens iminentes à vida. O índio passa a mendigar, pedir, esmolar para suprir a sua necessidade, não tendo mais autonomia alguma, se afastando completamente de seus costumes. Uma geração vem sendo criada dessa forma, e por isso há a necessidade de não parar a prática dos rituais Xavante, com o intuito de garantir a (sobre)vivência da cultura Xavante, para não esquecerem que sua compreensão do mundo é diferente dos não-índios, e fazendo com que aqueles que os criticam sem ter a compreensão do que é ter uma cultura indígena, não tenham mais como julgá-los.

Para que isso ocorra é urgente a recuperação da floresta. Esse reflorestamento requer uma quantia monetária significativa, o custo não será baixo, e que certamente seria evitado se os índios tivessem obtido acesso fácil a Marãiwatsédé após a ECO-92, conforme mostram os mapas de desmatamento desta seção. Mas, ainda assim, como a terra entregue aos Xavantes está praticamente desmatada, o reflorestamento tem que ser feito. Há que ser elaborado um projeto interdisciplinar e com a participação dos Xavante. Várias ciências, como a Biologia, a Geologia, a Antropologia, a Engenharia Florestal, entre outras, devem estar presentes neste projeto. O reflorestamento não pode se restringir a apenas plantio de árvores. A fauna também tem que ser introduzida em Marãiwatsédé, para que esta não se torne uma floresta morta. Além do que, as atividades de caça fazem parte da sociedade Xavante, inclusive de partes de seus rituais.

No casamento, por exemplo, o futuro marido tem que levar uma anta para os pais da futura esposa para oficializar o casamento, entregando-lhe um colar que tem como adorno as unhas da anta, o que simboliza uma espécie de aliança para os não-índios. Como haverá casamento Xavante se não há mais anta em Marãiwatsédé? (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

Estamos varrendo tudo isso do mapa, e em seu lugar estamos pondo um caminhão que atravessa estradas caras, enquanto seu motorista reclama de um governo que não tapa os buracos para ele passar com sua carga de madeira, tomando remédio para manter-se acordado, ficando vários dias longe da família. Trouxemos o desenvolvimento e a soberania nacional contra o atraso e a falta de cultura, seguindo ideologia predominante do centro. E esse ideal de progresso sucateado, corta as terras de Marãiwatsédé por meio de várias estradas: a BR-158 e a BR-242, que se cruzam no centro da área, justamente onde se constituiu o centro da invasão no local denominado de "Posto da Mata", onde se pretende [pretendia] criar um município por nome de Estrela do Araguaia, e também a BR-080, no limite Oeste da área. Toda a estrada é presença destrutiva em área indígena. Estas, tendo facilitado a formação desta concentração de invasores, proporcionaram graves impactos (BUENO, 2006, p.24).

A preocupação de momento, remete-se à reprodução do acervo cultural dos Xavantes por falta de recursos naturais. O gênero masculino, nesta situação, são os que mais sofrem. As mulheres mantêm as suas atividades, como lavar roupas e louças, plantação de hortas, além de manter suas atividades de mãe e esposa, mas os homens tiveram suas tarefas impossíveis de serem elaboradas, pois não há como caçar, não há como abrir uma clareira para que as mulheres façam suas roças em meio a floresta, conforme prezam os costumes Xavante. Isto implica na perda do *status* dentro de seu próprio grupo, e também perante as comunidades externas à tribo, que passam a colocar adjetivos nos índios homens como "preguiçosos", "mendigos", "machistas" (pois só as mulheres trabalham) e "vagabundo", que não tem conhecimento da importância da divisão das tarefas na sociedade Xavante, e que levam em consideração somente as suas próprias categorias de entendimento para avaliar outras sociedades, e que de forma precipitada marginalizam a história que há por trás desta situação (MAYBURY-LEWIS, 1984; BUENO, 2006).

O alento que existe, é o de que os Xavante de Marãiwatsédé são organizados. Ainda mantêm os rituais de canto e dança, que ainda podem ser feitos, pois não necessitam de recursos naturais. Espera-se que haja um planejamento e uma execução rápida do que for pensado, para que Marãiwatsédé se recupere em breve, e que não demore mais 20 anos, para que não haja o risco de desaparecimento da cultura Xavante.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Marãiwatsédé tem o título de Terra Indígena mais desmatada do país. O repasse da cultura indígena está relacionado diretamente com a natureza. A maioria das etnias silvícolas, assim como a Xavante, estão sempre (sobre)vivendo em harmonia com a natureza, combatendo o desmatamento com a sua cultura própria. Sem a floresta em pé, os Xavante passam a estar ameaçados de uma extinção cultural, ocasionada pela

opressão estritamente econômica, promovida pelo sistema capitalista que é movido pelo lucro, e que se alicerça em duas bases: exploração de mão-de-obra e degradação ambiental. Essa lógica perversa, aflora preconceitos como visto na gravação que está no corpo do texto, fazendo com que seres humanos ajam de forma soberba, colocando-se em uma posição superior, e sem escrúpulos, usando o poder político – que deveria atender o interesse público – em favor próprio.

A justiça demorou anos para devolver as terras aos Xavante e essa morosidade afetou ainda mais as questões ambientais, atingindo a sociedade Xavante. As áreas de preservação ambiental, como a T.I. Marãiwatsédé, têm que ser criadas, mantidas e recuperadas, não só para alcançar a preservação por si, mas para dar condições humanas a quem vive da floresta, fazendo com que conhecimentos milenares, não acabem e sejam repassadas às gerações futuras. Essa necessidade aumenta quando, grandes porções de terras, que deveriam ser destinadas a preservação, foram utilizadas para produzir de forma ambientalmente incorreta, atendendo ao capital. Quando o desenvolvimento ocorre de forma estritamente econômica, a humanidade não é levada em consideração.

Espera-se que as próximas ações que incidirão sobre a área de fronteira agropecuária, prezem pela equidade social e pelo equilíbrio ambiental, fazendo ser possível a coexistência entre diferentes categorias em territorialidades distintas, não promovendo a exclusão que a lógica de acumulação insiste em ratificar.

REFERÊNCIAS

- BUENO, I. R. Laudo Antropológico. Terra Indígena Marãiwatsédé. Ação Civil Pública nº 950000679-0. Quinta Vara Judicial de Mato Grosso. 17 de abril de 2006.
- CARDOSO F. H.; MULLER G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.
- CASALDÀLIGA, P. **Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso**. S/E. São Félix do Araguaia, 1971.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 16 de julho de 1934.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL de 24 de janeiro de 1967.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Decreto Presidencial. Brasília, 11 dezembro de 1998.
- EMENDA CONSTITUCIONAL DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL de 17 de outubro de 1969.
- FERRAZ, I. **Dossiê Brasil: Responsabilidades Italianas na Amazônia**. Brasília, 1990.
- IANNI, O. **Ditadura e Agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1986.
- MAYBURY-LEWIS, D. **A Sociedade Xavante**. Rio de Janeiro. Ed. Francisco Alves, 1984.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos**. Ed. Papyrus. Campinas, 1990.

POMPERMAYER, M. J. Strategies of Private Capital in Brazilian Amazon. In: SCHMINK, M.; WOOD, C. (Org.). **Frontier Expansion in Amazon**. Cainsville, University of Florida, 1991.

PEDRO CASALDÀLIGA. Entrevistas concedidas ao autor nos dias 3,4,5,e 6 de dezembro de 2013.

SUDAM. PROCESSO N° 08749/66. Parecer de aprovação nº295/66-AT-STO. 22 de dezembro de 1966. Belém:SUDAM, 1966.

SUDAM. PROCESSO N° 03374/74. Colaboração Financeira de Recursos oriundos do artigo 1º alínea "b" do Decreto-Lei nº 756 de 11 de agosto de 1969. Belém: SUDAM, 1974.

Artigo recebido em 22 de abril de 2016.

Aprovado em 20 de maio de 2016.